



01 a 04 de  
OUTUBRO  
EVENTO GRATUITO

# IV SIELLI

IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE LÍNGUA, LITERATURA E INTERCULTURALIDADE  
III CONELI - CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM  
II SILCE - SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR LINGUAGENS, CULTURAS E EDUCAÇÃO  
XXII ENCONTRO DE LETRAS DO CÂMPUS CORA CORALINA

## A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA SOB A ÓTICA DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MOZARLÂNDIA

*LINGUISTIC VARIATION FROM THE PERSPECTIVE OF PORTUGUESE LANGUAGE TEACHERS IN BASIC EDUCATION IN MOZARLÂNDIA*

Elicley Ferreira de Souza (UEG)<sup>1</sup>

Marília Silva Vieira Pereira (UEG)<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar como os professores de Língua Portuguesa da educação básica em Mozarlândia percebem e abordam a variação linguística em suas práticas pedagógicas, a fim de compreender as implicações dessa abordagem para o ensino e a aprendizagem da língua. O ambiente escolar é interativo e contribui para a compreensão da existência da pluralidade da língua. Então cabe ao professor, tentar minimizar o preconceito linguístico em sala de aula, adotando uma nova postura através do conhecimento sobre a variedade linguística que cada aluno possui, deixando de exigir que todos os alunos adotem tão somente a norma padrão da linguagem ao priorizar a escrita e deixando de lado a oralidade, além de abordar a questão da disseminação do preconceito linguístico por meio das mídias sociais. Para tanto, utilizou-se como fundamentação teórica, as ideias de Bagno (2007), Scherre (2005), Martins (2014), entre outros estudiosos. Trata-se de pesquisa qualitativa descritiva delineada para explorar e descrever as percepções e práticas dos professores de Língua Portuguesa em relação à variação linguística.

**Palavras-chave:** Variação linguística. Sala de Aula. Docente.

**Abstract:** This article aims to analyze how Portuguese language teachers in basic education in Mozarlândia perceive and approach linguistic variation in their pedagogical practices, in order to understand the implications of this approach for teaching and learning the language. The school environment is interactive and contributes to the understanding of the existence of language plurality. So it is up to the teacher to try to minimize linguistic prejudice in the classroom, adopting a new stance through knowledge about the linguistic variety that each student has, no longer demanding that all students adopt only the standard language norm by prioritizing writing. and leaving aside orality, in addition to addressing the issue of the spread of linguistic prejudice through social media. To this end, the ideas of Bagno (2007), Scherre (2005), Martins (2014), among other scholars, were used as theoretical foundations. This is descriptive qualitative research designed to explore and describe the perceptions and practices of Portuguese language teachers in relation to linguistic variation.

**Keywords:** Linguistic variation. Classroom. Teacher.

<sup>1</sup> Mestrando em Língua, Literatura e Interculturalidade, pelo POSLLI/UEG. Licenciado em Letras e Pedagogia. E-mail: [souzaelicley@gmail.com](mailto:souzaelicley@gmail.com)

<sup>2</sup> Tem pós-doutorado em Letras (2018) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), doutora em Letras (2016) pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Estudos de Linguagens (2011) e licenciada em Letras Português/Espanhol (2009) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).



## INTRODUÇÃO

O trabalho científico aborda de que maneira o professor pode minimizar o preconceito linguístico em sala de aula, visto que se observa muitos alunos que chegam às salas de aulas carregados de jargões, gírias, expressões idiomáticas, e, até mesmo, com uma variedade linguística regional própria. Isto, em muitos casos, acaba causando um preconceito linguístico por parte daqueles que têm uma linguagem mais formal; o que é muito preocupante, pois se sabe que a língua não é uma ciência exata e, pode sofrer alterações, ou seja, variar conforme a situação geográfica, histórica ou socialmente.

A partir daí, cabe ao professor explicar as normas, frisando que, assim como o país é regido por leis, no qual se respeita a constituição, com a língua não é diferente e, neste caso, faz-se necessário respeitar as normas, que algumas vezes são chamadas de regras gramaticais. Por conseguinte, vale deixar claro que, em uma conversa informal, é permitido o uso de jargões, gírias, uma linguagem mais solta, seja na oralidade ou até mesmo na escrita, desde que a situação permita tal uso. Mas é importante discernir o uso da linguagem formal da informal.

Desse modo, pensa-se o seguinte problema científico: Como os professores de língua portuguesa da educação básica em Mozarlândia percebem e abordam a variação linguística em suas práticas pedagógicas?

A variação linguística é uma realidade presente em qualquer comunidade, refletindo a diversidade cultural e social dos alunos. Entender como os professores lidam com essa variação pode revelar práticas que promovem a inclusão e valorização das diferentes formas de expressão dos estudantes.

A resposta a essa pergunta pode fornecer *insights* sobre as necessidades de formação contínua dos professores, destacando áreas onde eles possam precisar de mais suporte ou recursos para lidar adequadamente com a variação linguística.

Investigar as abordagens pedagógicas pode ajudar a identificar métodos eficazes e inovadores que podem ser compartilhados e implementados em outras escolas ou contextos similares.



## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A variação linguística é um fenômeno intrínseco a todas as línguas, manifestando-se em diferentes níveis: fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. A linguística moderna, especialmente após os trabalhos de William Labov, tem dedicado considerável atenção ao estudo das variações dentro de uma mesma língua, considerando fatores como região geográfica, contexto social, faixa etária, gênero e situação comunicativa (Labov, 1972).

Conforme Bagno (1999), a variação linguística pode ser vista sob duas principais vertentes: diatópica, relacionada às diferenças geográficas, e diastrática, ligada às variações sociais. Além dessas, há a variação diafásica, que se refere às mudanças no uso da língua conforme o contexto ou a situação, e a variação diacrônica, que aborda as mudanças linguísticas ao longo do tempo.

No contexto educativo, a abordagem da variação linguística tem sido alvo de discussões intensas. Bagno (2002) critica a visão preconceituosa e normativa que muitas vezes prevalece no ensino de Língua Portuguesa, defendendo uma pedagogia que reconheça e valorize a diversidade linguística dos alunos. Conforme Marcuschi (2008), é fundamental que o ensino da língua promova a consciência sociolinguística, permitindo que os estudantes compreendam e respeitem a diversidade linguística como uma riqueza cultural.

Queiroz (2004) assegura que a linguagem oral é peculiar do ser humano, sendo considerada insubstituível, em virtude de sua capacidade de integração do som com o pensamento de cada indivíduo, embora este consiga estabelecer comunicação de inúmeras formas.

Cabe ressaltar que o pai da linguística moderna, Ferdinand Saussure (1857-1913), já mencionava que o discurso oral era muito mais utilizado do que a escrita, sendo esta apenas um complemento da fala. A oralidade pode existir sem a escrita, mas a escrita não pode existir sem a oralidade. No entanto, mediante o desenvolvimento da escrita e da possibilidade de se poder registrar conhecimento, percebe-se que a linguagem oral tem sido levada ao esquecimento.

Diante desse contexto, evidencia-se um constante “luta” existente entre a oralidade e a escrita, onde se tenta mostrar qual deve ser mais valorizada, já que a oralidade é considerada mais útil, enquanto que a escrita possui a capacidade de armazenar conhecimento e possibilitar o estudo e



ensino. Entretanto, deve-se compreender que cada uma delas possui seu valor e sua contribuição, portanto, ambas se complementam.

Nesse sentido, levando-se em consideração o preconceito linguístico, observa-se que a oralidade é um meio favorável para que sejam estudadas as variações linguísticas existentes, bem como seus diferentes usos em circunstâncias distintas. Assim sendo, surgem vários questionamentos acerca do trabalho docente, sobretudo no que diz respeito à sua postura frente às variedades linguísticas apresentadas em sala de aula e, com isto, considera-se um grande desafio ao professor ao se deparar com uma inadequação do uso padrão da língua por um aluno, em sala de aula.

Assim, vale analisar como tem sido o repertório de alunos e professores, no que se refere às variações linguísticas, em um contexto marcado profundamente pela polêmica entre docentes brasileiros e linguistas, no que diz respeito à não utilização da regra padrão, sendo vista, por alguns, como “erros de português” ou deficiência do aluno, enquanto que, para outros, é tida como uma mera diferença entre a regra padrão e a variação existente (Bortoni-Ricardo, 2004).

De acordo com Queiroz (2004), existem inúmeras situações em que se utiliza a língua, seja numa conversa com um amigo, com personalidades, em público ou em particular, para dar uma entrevista, entre outras finalidades comunicativas, sendo que, para cada pessoa envolvida na conversação, exigirá discursos diferentes, e será o entendimento dessa variação linguística que irá permitir a compreensão de que não existe fala correta ou errada. Assim, o que seria, afinal, um erro linguístico? Scherre (2005) assegura que:

A história da humanidade revela que certo e errado são noções relativas. Todavia, no dia-a-dia, por razões diversas, convivemos com estas noções como se fossem valores absolutos, portadores de verdades inerentes e, até, imutáveis. Esse sentimento toma uma dimensão fora do comum quando se trata de questões que envolvem a linguagem. De forma geral, as pessoas creem que há uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há um dialeto mais certo do que outro ou que há uma variedade mais certa do que outra, e poucos percebem que as formas consideradas certas e/ou de prestígio são as que pertencem à língua, aos dialetos ou às variedades das pessoas ou grupos que detêm o poder econômico ou cultural (Scherre, 2005, p.15).

Corroborando com o pensamento de Scherre (2005), Bagno (2007) afirma que a língua pode ser vista através de dois pontos distintos. O primeiro é que, nas ciências, não existe erro na língua, caso ela seja entendida como um conjunto de sons e significados que permitem a comunicação entre



seres humanos. Já o segundo, trata-se da noção de erro, que está associada a fenômenos culturais e também sociais, que diverge do que a linguística aborda.

Para tanto, o erro é visto como sendo uma invenção humana, de acordo com Bagno (2007), já que a noção de “certo” e “errado” se deu ao longo da história, através de “leis culturais”, dos conflitos sociais, da desigualdade econômica, etc.

Com isso, a variação linguística admite o entendimento de que o Brasil é um país plural e, no que diz respeito à língua, apresenta uma diversidade heterogênea de variação regional, o que reflete nos distintos dialetos que são peculiares de cada região.

Os professores de Língua Portuguesa enfrentam inúmeros desafios ao abordar a variação linguística em sala de aula. Segundo Bortoni-Ricardo (2004), muitos educadores ainda se veem presos a uma perspectiva normativa e prescritivista da língua, o que dificulta a implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade linguística. A formação inicial e continuada dos professores, bem como os materiais didáticos utilizados, frequentemente não contempla adequadamente a variação linguística, conforme apontado por Lopes e Cavalcanti (2008).

Estudos como os de Leite (2010) indicam que a percepção dos professores sobre a variação linguística é essencial para a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e eficazes. A forma como os professores entendem e valorizam a diversidade linguística impacta diretamente sua abordagem em sala de aula. Portanto, é crucial investigar e compreender essas percepções para promover mudanças significativas no ensino de Língua Portuguesa.

O preconceito linguístico sempre existiu, apesar de ter sido ignorado pela sociedade como um todo. Entretanto, esse tema tem despertado a atenção de estudiosos, na tentativa de neutralizá-lo, especialmente em sala de aula (Martins, 2014). Assim, esse tipo de preconceito está diretamente relacionado com a criação de uma confusão que se deu no início do curso da história, entre a língua e a gramática normativa. Conforme Bagno (1999, p.9), “uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua”.

Nesse sentido, percebe-se que a língua passou por constantes transformações, mas a gramática normativa não acompanha essa evolução na mesma velocidade. Isso gera distorções sobre o que é



considerado correto ou não. Idealmente, a própria língua deveria determinar suas mudanças ao longo do tempo. No entanto, a gramática normativa resiste a essas transformações, afastando-se cada vez mais da língua falada.

A gramática deve atender à língua, e não o contrário. Vários estudiosos acreditam que a língua portuguesa, que é falada no Brasil, possui uma união que surpreende. Em contrapartida, Bagno (1999) considera esse fato como sendo um mito que prejudica o ensino da língua, em virtude de, pelo fato de não reconhecer a verdadeira diversidade da língua portuguesa que é falada no Brasil, a escola acaba impondo sua norma linguística, de maneira que esta seja aceita como se fosse única língua falada pela população brasileira como um todo, independentemente de faixa etária, situação econômica, origem geográfica ou grau de escolaridade.

De acordo com esse mesmo autor, o preconceito linguístico é baseado na crença de que só há uma única língua portuguesa, que se encontra nas gramáticas, a qual deve ser ensinada nas escolas e que se deve rejeitar toda e qualquer tipo de manifestação linguística. Cabe, portanto, à escola, apresentar a existência de diferentes tipos de dialetos e graus de formalidade mediante o uso da língua. Considera-se a língua escrita como sendo a mais conservadora, a qual deveria se aproximar mais do que é estabelecido nas gramáticas normativas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) certificam que:

Muito preconceito decorre do valor atribuído às variedades padrão e ao estigma associado às variedades não-padrão, consideradas inferiores ou erradas pela gramática. Essas diferenças não são imediatamente reconhecidas e, quando são, são objeto de avaliação negativa. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa livrar-se de vários mitos: o de que existe uma forma “correta” de falar, o de que a fala de uma região é melhor do que de outras, o de que a fala “correta” é a que se aproxima da língua escrita, o de que o brasileiro fala mal o português, o de que o português é uma língua difícil, o de que é preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas crenças insustentáveis produziram uma prática de mutilação cultural [...] (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, p.6).

Nesse sentido, percebe-se o desafio por parte da escola em romper com tais tipos de preconceitos, identificados em sala de aula, uma vez que se evidencia inúmeras dificuldades, tais como a inexistência de livros didáticos que abordem a diversidade cultural, bem como a falta de conhecimento por parte de alguns professores.



O preconceito linguístico faz-se presente no cotidiano da população, inclusive dentro da sala de aula, no que diz respeito à relação entre professor e alunos. Nessa perspectiva, pode-se citar como exemplo, o fato de alguns professores terem o costume de corrigir seus alunos, por acharem que os mesmos devem respeitar e falar de acordo com a norma padrão da língua portuguesa. Na opinião de Bagno (2007), no Brasil, os métodos tradicionais do ensino da língua visam à formação de professores de português.

No entanto, sabe-se que, para se formar um bom usuário da língua, não necessariamente deve-se fazer uso do ensino através da gramática normativa mais rigorosa, nem mesmo por meio da obsessão terminológica, nem da paranoia classificatória, e nem do apego à nomenclatura.

Diante desse contexto, pode-se mencionar que todos os esforços são em vão, em se tratando de fazer com que o aluno saiba de cor todas as classes das palavras, bem como identificar os termos da oração e classificar cada tipo de oração, por exemplo, para garantir que esse discente se torne um competente usuário da língua culta.

Tomando-se como base o ensino da língua portuguesa nas escolas brasileiras, atualmente, nota-se que os professores, ao lecionarem em sala de aula, costumam se basear nas regras da gramática normativa, cujo método de ensino não implicará na transformação de alunos em verdadeiros falantes da norma culta da língua portuguesa.

Para tanto, considera-se que o tipo de correção mencionado acima, sobre professores em relação aos alunos que não seguem o padrão da língua portuguesa, é totalmente desnecessário, uma vez que nenhum aluno deve se sentir obrigado a falar o português padrão, de acordo com a gramática normativa.

É importante destacar que a criança inicia seu processo de aprendizagem da língua de forma oral, antes mesmo de ser inserida no ambiente escolar, ocorrendo a princípio, no seio familiar, ouvindo os familiares e também conhecendo objetos e pessoas por meio de nomes. Assim, sua fala passa a se desenvolver de forma natural, até que a criança estabeleça um diálogo com seus familiares (Queiroz, 2004, p. 6).

Posteriormente, ao ser inserida no ambiente escolar, a criança começa a receber um conhecimento de forma sistemática, diferente daquele aprendido com sua família. Portanto, é



necessário ter-se muita cautela por parte dos docentes, ao ensinarem sobre a linguagem oral ou gramática normativa, para que conduzam o aluno a “desenvolver sua capacidade de produção de textos orais” (Queiroz, 2004, p. 7), de maneira que valorize sua linguagem que já fora adquirida no contexto familiar.

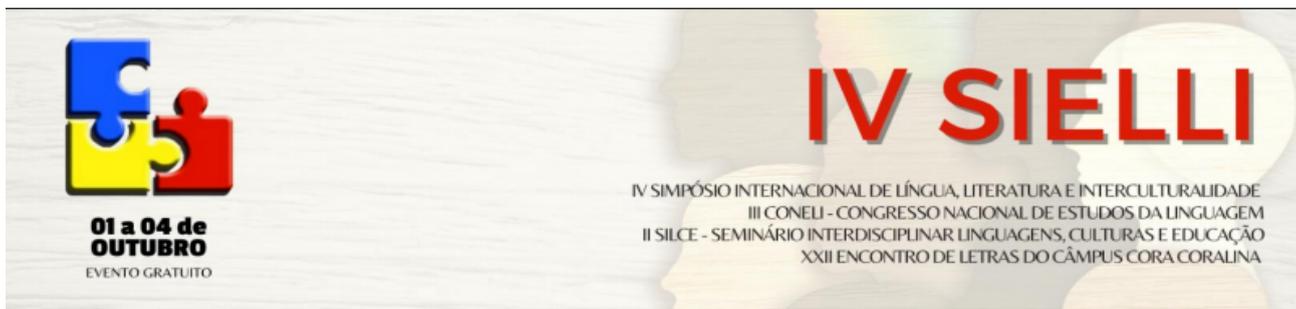
Conforme Scherre (2005, p.93), “quando o professor de português está ensinando gramática normativa, ele não está ensinando língua materna (...). Língua materna não se adquire; não se aprende e nem se ensina”. Neste sentido, evidencia-se que há uma necessidade de fazer com que a criança aprenda, desde cedo, que há diferentes maneiras de falar e, com isto, acostume-se com a variação linguística existente.

Foi no ano de 1997 que teve início um processo de transformação na compreensão do ensino, através de uma publicação do Ministério da Educação, com relação a uma coleção dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), contendo propostas para que o ensino das escolas do Brasil fosse renovado, considerando todas as disciplinas. Neste sentido, O PCN de Língua Portuguesa menciona que:

[...] o problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livra-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (PCN, 1998, p.26).

Entretanto, embora os PCN tenham divulgado a relevância de serem desenvolvidas habilidades orais no campo escolar, bem como o respeito no que diz às suas variações linguísticas, o que se percebe é que ainda existem muitas barreiras encontradas nos meios utilizados para que tais ideias sejam, de fato, executadas.

Nessa perspectiva, Bagno (2007) assegura, a respeito da nova concepção de ensino, que, embora seu impacto seja otimista, encontram-se dois obstáculos distintos, que são a resistência de pessoas que são apegadas à concepção antiga e a falta de formação por parte dos professores.



Percebe-se, com isso, que não se pode considerar o ensino da língua apenas como um meio de “ensinar alguém a ler e a escrever sem lhe oferecer ocasiões para o uso efetivo, eficiente, criativo e produtivo dessas habilidades de leitura e de escrita” (Bagno, 2002, p.52).

O veículo principal das noções padronizadas da língua é a escola, onde se estabelecem associações referentes ao padrão da fala e da escrita, onde se pode citar como exemplo, o equívoco encontrado ao se afirmar que as pessoas menos esclarecidas costumam falar de forma errada.

Com isso, o preconceito linguístico visto no Brasil, é propagado de forma acentuada, através dos meios de comunicação, como a televisão, o jornal, as revistas, o rádio, entre outros, que são os grandes responsáveis por disseminar percepções erradas da língua, servindo, portanto, de instrumentos para que o preconceito social se instale no meio social.

Além disso, Scherre (2005) critica duramente a mídia sobre a disseminação do preconceito, conforme visto a seguir:

Se não fosse a confusão entre língua e gramática normativa, entre língua falada e língua escrita e as deprimentes associações entre língua e inteligência/burrice, competência/incompetência, beleza/feiura (...) todas as colunas de dicas de português espalhadas por jornais, revistas e tevês, prestariam um grande serviço à comunidade. Mas a mídia presta um desserviço, porque com elas reforça um dos aspectos mais sórdidos do ser humano: a divisão entre classes e a exclusão social (Scherre, 2005, ps. 88-89).

Para tanto, considera-se de grande relevância que sejam discutidas nas escolas, assuntos a respeito da programação geral da televisão, já que esta se encontra presente na grande maioria dos lares, não podendo, portanto, ignorar-se sua influência. Conforme relatado anteriormente, a televisão é um instrumento de disseminação do preconceito linguístico, ao apresentar a figura do nordestino de forma pejorativa ou até engraçada, ou que certo personagem de determinada região brasileira não fala o português corretamente, o que ocorre é que há uma violação de um bem cultural: a língua.

Assim, verifica-se a necessidade de uma transformação com relação à concepção da língua que é difundida em sala de aula, bem como na utilização das variações linguísticas que são transmitidas a nível social, sendo, portanto, os falantes, os responsáveis por modificar as regras de funcionamento da linguagem, adaptando assim, as suas exigências e reais necessidades.



No que diz respeito às escolas, observa-se a importância que é dada à escrita, em relação à oralidade. Além disso, no ambiente escolar não é vista a necessidade do indivíduo em conhecer e fazer uso das variações linguísticas existentes na sociedade, em determinados tipos de comunicação.

O que se observa, na realidade das escolas brasileiras, é que estas se atêm ao uso da gramática, o que representa um limite ao seu uso. Sugere-se, portanto, para que haja uma efetiva aprendizagem, de forma contínua, nesse processo de desconstrução do preconceito linguístico nas práticas de ensino, promover nas salas de aulas, a abordagem de diferentes gêneros textuais, formais e informais, como uma maneira de oferecer respeito às diferenças linguísticas. Agindo assim, a escola cumprirá o seu devido papel, que é garantir a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o bem-estar da sociedade como um todo.

Para Martins (2014), apesar de todos os desafios enfrentados pela escola, para que alcance um ensino-aprendizagem mais eficiente, cabe destacar que ela ainda é considerada a única instituição, através da qual é possível promover a divulgação, multiplicação e propagação de ideias não preconceituosas a respeito da linguagem. Logo, fora do meio escolar isso é praticamente inviável de se realizar, não havendo espaço na mídia. Acrescenta, ainda, que tudo o que surge nos meios de comunicação de massa se refere a uma apologia ao ensino da língua portuguesa, que privilegie os alunos que, ao chegarem à escola, já dominam uma variedade de prestígio e, com isso, menosprezam e desqualificam os que não dominam essa variedade.

Nesse sentido, o fato de não haver possibilidade de levar à população, conceitos da sociolinguística que esclareçam o preconceito linguístico, corresponde a uma grande inquietação social, já que o preconceito se encontra enraizado na sociedade, e não na escola. Esta apenas reproduz tal preconceito, no entanto é somente através da escola que se pode tentar amenizar essa problemática.

Por fim, é de suma importância que haja mais discussões relacionadas ao combate, em longo prazo, do preconceito linguístico em sala de aula. Cabe destacar a importância do papel do docente, na tentativa de eliminar esta problemática. Na opinião de Bagno (1999), esse profissional poderá contribuir através das seguintes atitudes fundamentais, que se referem à sua formação e obter informação sobre o assunto, além de cultivar a autocrítica em relação à sua prática diária, tornar-se



consciente acerca das transformações que surgem na língua, e adotar uma nova postura, frente ao respeito à variedade linguística de todo indivíduo.

A pesquisa foi conduzida utilizando um método qualitativo descritivo, com a coleta de dados realizada por meio de um questionário eletrônico. O estudo foi desenhado para explorar e descrever as percepções e práticas dos professores de Língua Portuguesa em relação à variação linguística, uma abordagem adequada para investigar fenômenos complexos e obter *insights* detalhados sobre as atitudes e crenças dos participantes.

Os participantes do estudo foram professores de Língua Portuguesa que atuam na educação básica em Mozarlândia, tanto em escolas particulares quanto públicas. A seleção dos participantes foi realizada de forma intencional, buscando incluir professores de diferentes escolas e níveis de ensino, resultando em uma amostra de cinco professores.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, disponibilizado via *Google Forms*, escolhido por sua praticidade e acessibilidade, permitindo que os professores participassem de forma remota. O questionário abordava tópicos como o perfil dos professores (formação acadêmica, tempo de experiência e escola de atuação), percepções sobre variação linguística (definições pessoais, importância no ensino e relevância no contexto escolar), práticas pedagógicas (métodos e estratégias, exemplos de atividades e materiais didáticos) e desafios e necessidades (dificuldades enfrentadas e sugestões para melhorar a abordagem da variação linguística no ensino).

A coleta de dados seguiu etapas bem definidas: preparação do questionário, distribuição do link via e-mail aos professores selecionados e garantia de confidencialidade e anonimato das respostas, com os participantes sendo identificados como P1, P2, P3, P4 e P5 após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente. Primeiramente, as respostas foram organizadas e exportadas do *Google Forms* para um documento em Word, facilitando a visualização e organização das informações. A leitura inicial das respostas permitiu a familiarização com os dados e a identificação de temas recorrentes, seguidos da codificação das respostas abertas, identificando unidades de significado relevantes e agrupando-as em categorias temáticas. Por fim,



os temas identificados foram interpretados à luz do referencial teórico da pesquisa, com o objetivo de compreender as percepções e práticas dos professores em relação à variação linguística.

A pesquisa observou todas as normas éticas estabelecidas para estudos com seres humanos. Os participantes foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo, com a garantia de confidencialidade e anonimato, além da voluntariedade de sua participação, tendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido sido fornecido previamente à participação no questionário.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro questionamento refere-se à idade dos professores participantes. Onde constatou-se que dos 5 entrevistados, a maioria conta com 59 anos de idade e os demais tem entre 29 a 43 anos de idade.

O professor planeja um caminho a seguir para que seus objetivos sejam alcançados, e para isso é necessária uma metodologia, que na verdade é uma ciência a qual investiga algo, incluindo a linguagem a ser utilizada. É na ação refletida e na redimensão da sua prática que o professor pode ser agente de mudanças na escola e na sociedade exercendo sua função social.

Nesse sentido como bem acentua Libâneo (2004, p. 6) “o ensino pode impulsionar o desenvolvimento das competências cognitivas mediante a formação de conceitos e desenvolvimento do pensamento teórico, e por quais meios os alunos podem melhorar e potencializar sua aprendizagem”. Assim, o papel do professor é de extrema importância nesse processo.

Selma Pimenta (2005) discorre que nos países mais desenvolvidos notadamente há uma preocupação latente com a formação e o desenvolvimento profissional de professores e com as inovações no campo da didática, já que estas questões podem ser debatidas com a finalidade de propor políticas públicas que favoreçam a democratização escolar e social, nas quais os professores e as escolas em suas novas lógicas de organização curricular e novas formas de gestão, garantindo melhores condições de trabalho e possibilidades de mais recursos a serem aplicados em sala de aula.

Ademais, as formações dos professores não são suficientemente adequadas do que se condicionam a saberes práticos que “formam um conjunto de representações a partir das quais os



professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões”. (Tardif, 2002, p. 4).

A pergunta relacionada a quantidade de tempo que o professor leciona língua portuguesa, percebeu-se nas respostas que 60% está nessa atividade de 6 a 10 anos e 40% já conta com mais de dez anos, enquanto nenhum dos entrevistados tem menos de 5 anos de ensino com a Língua Portuguesa. Em se tratando dos anos escolares que lecionam, a maioria trabalham com turmas de sétimos (7º) e oitavos (8º) anos.

O que é, para você, saber língua portuguesa?

Saber Língua Portuguesa é ter o domínio da norma-padrão, conhecer os níveis da língua, desde o semântico, sintático, morfológico, entre outros. Além disso, deve-se levar em conta, os aspectos multiculturais presente na formação da Língua Portuguesa, considerando a evolução da língua no decorrer do tempo e espaço. (P1); A língua para mim é o maior poder que o falante pode ter . (P2); Ter conhecimento do idioma português é fundamental para se comunicar de forma eficaz na escrita, leitura e oralidade. (P3); Excelente, pois é minha língua mãe (P4); Muito bom ,pois vivemos em uma sociedade com diversas culturas e dialetos. (P5)

Você acha que sua formação acadêmica o habilita, de fato, para ser professor de língua portuguesa?

Por quê?

Sim, no período da graduação (UEG- Cidade de Goiás - 2013-2016), as leituras teóricas contribuíram para compreender a língua em seus vários níveis. Somando a isso, tive a oportunidade de fazer estágio em algumas unidades de ensino da Cidade de Goiás, mas também, desenvolvi alguns projetos de iniciação a docência, orientado por professores do Câmpus. Logo, tudo isso, corroborou para a construção da minha identidade como professor (P1); Sim, pois fiz uma graduação presencial na UEG da cidade de Goiás em que fui muito cobrada e que tinha excelentes profissionais. (P2); Minha formação acadêmica me proporciona conhecimento sólido sobre a língua portuguesa, suas regras gramaticais, estrutura e usos. Isso me permite compreender e explicar de forma clara diversos aspectos do idioma. No entanto, ser professor vai além da formação acadêmica, envolvendo também habilidades pedagógicas, didáticas e práticas de ensino. É importante ter experiência e desenvolver constantemente essas competências para ser um bom professor de língua portuguesa. (P3); Sim ,porque sou alfabetizadora trabalho com a base educacional (P4); Sim ,porque me preparei muito tempo para ensinar (P5)

Você acha que a escola deve ocupar-se, exclusivamente, do ensino da norma culta? Por quê?

Não, é notório a importância do ensino da norma culta. No entanto, essa visão centrada na gramática deve ser flexibilizada com os outros aspectos presente nas aulas de Língua Portuguesa, como por exemplo, a cultura e literatura (P1); Não , é preciso conhecer as variações da língua (P2); Na minha opinião, a escola deve sim priorizar o ensino da norma



culta da língua, pois é fundamental para a comunicação formal em diversos contextos, como no ambiente profissional e acadêmico. No entanto, também é importante que a escola valorize e promova a diversidade linguística, reconhecendo e respeitando as diferentes variações linguísticas presentes na sociedade. Dessa forma, os estudantes podem desenvolver habilidades tanto na norma culta quanto em outras variedades linguísticas, preparando-os para se comunicar de forma eficaz em diferentes situações. (P3); Não porquê temos e vivemos em uma sociedade mista e culturas diversas. (P4); Acredito que, toda linguagem verbal é de grande valor cultural. Já a escrita de norma culta é fundamental para desenvolver as habilidades, que o ensino disciplinar no âmbito escolar, possam fornecer aos indivíduos toda a formação do sujeito como cidadão. (P5)

O que você entende por variação linguística?

Variação Linguística é um fenômeno natural que ocorre em todas as línguas, devido a fatores como geográfico, social, histórico entre outros (P1); São as diferentes formas de falar de uma idioma. (P2); Variação linguística refere-se às diferentes formas de falar e se expressar em uma determinada língua, que podem surgir devido a diversos fatores. (P3); Entendo que toda língua tem seu valor inestimado, pois cada linguagem revela sua identidade e origem. (P4); Entendo que é. O movimento natural e comum de uma língua que de acordo com o contexto histórico geográfico e cultural, no qual os falantes de cada dialetos se manifestam verbalmente, sendo assim cada indivíduo se comunicam verbalmente. (P5)

A maioria dos que responderam o questionário relatou que utiliza com frequência a abordagem da variação linguística em suas aulas, reconhecendo a importância de valorizar as diferentes formas de expressão dos alunos. Essa prática permite que os estudantes compreendam a diversidade da língua e se sintam respeitados em suas particularidades linguísticas, promovendo um ambiente de ensino inclusivo e democrático. Além disso, essa abordagem contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a linguagem e suas variações sociais, regionais e culturais. Sobre os métodos utilizados para ensinar variação linguística:

Normalmente, utilizo letras de música, trechos de obras literárias, gêneros humorísticos, como tirinha, charge e cartum. (P1); Data show, slide com as variedades linguística, livro didático, drive, dentre outros. (P2); Ao ensinar sobre variação linguística, busco adotar uma metodologia que inclua exemplos tangíveis e práticos da diversidade linguística, como discussões em grupo, análise de textos e atividades hands-on. (P3); Prática verbal e escrita, visual e sinais como por exemplo libras como primeira ou segunda língua, que sendo muito necessário para uma sociedade crescente em diversas linguagem, como visual, corporal e digital. (P4); Vídeos, textos, livros didáticos de literatura, forma verbal em diálogos com os alunos etc.... (P5)

A análise dos dados revela que apenas 1% dos professores que responderam o questionário utiliza exemplos de diferentes dialetos ou variações da língua portuguesa em suas aulas sempre que



possível, enquanto 4% sempre faz uso dessa prática. Isso indica que, embora haja uma conscientização sobre a importância de abordar as variações linguísticas, essa prática ainda não é amplamente incorporada no cotidiano das aulas. Há, portanto, uma oportunidade para incentivar uma maior inclusão de exemplos variados, de modo a enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, promovendo a valorização da diversidade linguística. Segue abaixo, os tipos de variações utilizados pelos mesmos:

Varição social, geográfica e histórica (P1); Regional, histórica, formal e informal, grupos sócias ,etc (P2); Costumo incluir exemplos de variações linguísticas regionais, como as diferenças de vocabulário, pronúncia e estruturas gramaticais presentes em diferentes regiões onde o português é falado. Além disso, também abordo variações linguísticas sociais, relacionadas ao uso da linguagem por diferentes grupos sociais, como gírias, expressões e registros específicos de determinados contextos. Outro tipo de variação que costumo mencionar são as variações históricas, que mostram como a língua portuguesa evoluiu ao longo do tempo e incorporou influências de outras línguas e culturas. Essa diversidade de exemplos ajuda a enriquecer a compreensão dos estudantes sobre as múltiplas formas de se comunicar em língua portuguesa. (P3); Vídeos, escritas, textos músicas oralidade ,visual,imagem,gestos, linguagem corporal etc..... (P4); Conhecimento na lingua Iny rube e libras e leitura visual. (P5)

Portanto, cabe ao professor esclarecer aos alunos que essas diferenças devem ser mostradas a todos de maneira clara e objetiva, quando se aborda o assunto língua, e explicar a partir dessas observações, que o correto é usar conceitos como adequação e inadequação, dependendo, é claro, da situação comunicativa em que o falante / escritor está inserido, dessa forma, seria o mais correto e menos preconceituoso.

## CONCLUSÃO

A pesquisa destaca a importância de os falantes distinguirem "certo" e "errado" no uso linguístico, evitando preconceitos. Para isso, os professores devem acolher a diversidade linguística dos alunos, desmistificando a ideia de que "falar errado" implica desconhecimento. Assim, é papel do professor valorizar a língua não só pelas regras, mas também em sua dimensão cultural, para fomentar o respeito e combater o preconceito linguístico. No ambiente escolar, isso requer mudanças na postura docente, deixando de focar apenas na norma padrão e dando espaço à pluralidade linguística. O estudo também evidenciou a necessidade de formação continuada dos



professores, com capacitação e materiais adequados, para efetivamente incluir o tema da variação linguística nas práticas pedagógicas e curriculares.

## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **A Norma Oculta: Língua e Poder na Sociedade Brasileira**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2009.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 14ª. ed., 2002.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora? Sociolinguística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, 263p.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FREITAS, Rosely Lopes de. **Avaliações docentes acerca da variável objeto direto de terceira pessoa do singular: contribuições da sociolinguística educacional [manuscrito]** / Rosely Lopes de Freitas. – Goiás, GO, 2023. 265 f.
- HORTA, Bruno Defilippo. **Sociolinguística e ensino de língua portuguesa: constatações no município de Juiz de Fora (MG)** / Bruno Defilippo Horta. – 2012. 171 f
- LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LAPERUTA-MARTINS, Maridelma. **Preconceito linguístico e sua conscientização: o papel da escola**. Textura, n.31, maio/ago, 2014.



LEITE, Yonne. **Sociolinguística e Ensino de Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2010.

LOPES, Maura Corcini; CAVALCANTI, Marilda. **A Variação Linguística no Livro Didático**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da Fala para a Escrita: Atividades de Reescrita na Sala de Aula**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

QUEIROZ, Sônia. **Oralidade no ensino: sugestões de atividades**. Fale, UFMG, 2004.

SCHERRE, Educação Uol – **Erros e adequação de linguagem** – Como evitar o preconceito linguístico? Disponível

<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/portugues/erros-e-adequacao-de-linguagem-como-evitar-o-preconceito-linguistico.htm>.> Acesso em 10 de jun de 2024

SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 155.

**Variação linguística, ensino e interfaces: resultados e propostas/** Organizadores Silvia Rodrigues Vieira, Jéssica Araújo Moraes da Rocha, Lívia Ferreira Alves da Silva, et al. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org). **Pedagogia da Variação Linguística: língua, diversidade e ensino**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.